

A Relação Terra-Trabalho na História Recente (1930–2005) da Lavoura Canavieira do Brasil

Pedro Ramos
Instituto de Economia – UNICAMP
Doutor em Economia de Empresas - EAESP/FGV

1. Introdução

Este ensaio dedica-se à análise das relações entre a utilização da terra e do trabalho que são subjacentes à estrutura de produção da agroindústria canavieira do Brasil, tomando os estados de Pernambuco e de São Paulo como seus representantes maiores, já que o primeiro liderou a produção de cana e de açúcar até 1950 e o segundo a partir daí, tendo adicionado à elas a produção de álcool. Destaca que ocorreram tanto mudanças como continuidade naquelas relações e utilizações, sendo que a maior mudança se deu na categoria de trabalho utilizado, e a maior continuidade está relacionada à estrutura fundiária herdada do passado, ou seja, antes de 1930.

Para a demonstração disto, o texto é iniciado com os antecedentes históricos de tais relações e utilizações, o que é feito na parte a seguir, em um esforço de síntese do longo período que foi da Colônia até a Primeira República e cuja principal mudança foi a passagem do trabalho escravo para o livre em 1888.

Na parte 3, que analisa o período 1930 – 1960, destaca-se a lenta modificação dos regimes de trabalho predominantes (morada e colonato) nos dois estados acima mencionados, bem como as relações disso com a expansão da lavoura canavieira assentada na preservação da estrutura fundiária e suas disseminações para outros estados das duas regiões em que se costuma dividir as análises sobre a agroindústria canavieira do país (Norte/Nordeste e Centro/Sul).

Na parte 4 é tratado o período 1960 – 1985, no qual é considerada a integração dos mercados urbano e rural de trabalho não-qualificado, o que correu com tensões, conflitos e mediações institucionais, mas cujo resultado foi o agravamento das condições de trabalho (e de vida) de boa parte dos trabalhadores brasileiros, entre os quais destaca-se os que são ocupados pela operação de colheita de cana queimada.

A parte 5, de forma mais sintética, trata da continuidade da piora das condições em que se tem dado o uso de trabalhador temporário e geralmente migrante no corte de cana queimada, utilizando dados e informações principalmente de São Paulo. Destaca os esforços que vem sendo feito tanto por órgãos estatais (Ministério Público do Trabalho) como por não-estatais (Igreja, ONG's) para mudar a atual situação.

Na última parte são feitos alguns comentários adicionais e/ou finais. Finalmente, deve ficar registrado que o ensaio serviu-se principalmente de obras sobre o tema da historiografia brasileira e de muitos dados e informações secundárias.

2. Antecedentes históricos: Do tripé colonial à república das usinas, através do Império

Como já foi destacado por alguns historiadores, a história econômica do Brasil e a história de sua agroindústria canavieira foram iniciadas com base no tripé latifúndio-escravismo-monocultura, cujo objetivo principal foi sua integração ao mercado mundial de bens comandado pela Europa do período mercantilista. Nesta perspectiva é que deve ser entendida a afirmação de Celso Furtado de que “O Brasil é o único país das Américas criado, desde o início, pelo capitalismo comercial sob a forma de empresa agrícola” (FURTADO, 1978, p. 93). Como discutido em outro trabalho (RAMOS, LIMA, 2005), a este tripé estrutural esteve associada – e, em boa medida, ainda está – uma determinada forma de crescimento da produção canavieira (assim como de outros bens agropecuários, o que igualmente foi destacado por Celso Furtado), marcada pelo expansionismo extensivo, itinerante e predatório de recursos naturais (solo, matas, água).

Este duplo tripé marcou as duas histórias por mais de três séculos e meio (entre 1530 e 1888), isso em que pese o fato de o Brasil ter passado de uma Colônia para um Império politicamente autônomo em 1822. A principal alteração ocorrida foi o fim do tráfico externo de escravos em 1850, o que aconteceu simultaneamente com o advento da Lei de Terras, que passou a permitir o acesso à propriedade fundiária apenas por meio de compra. Esta relação também já foi analisada por diversos estudiosos, que chamaram a atenção para o fato de que ela implicou uma transição do regime de trabalho que foi adequada aos interesses dos grandes proprietários fundiários. Tal transição marcou igualmente a história de outras produções agropecuárias no Brasil, cabendo destacar a do café no Sudeste. Enquanto este produto ganhava importância, o açúcar nordestino foi perdendo o mercado externo para as produções de açúcar de cana de outras áreas coloniais e/ou recém independentes e de açúcar de beterraba dos países metropolitanos.

Completada aquela transição, acabou o Império. O advento do regime republicano fez-se sem quaisquer transformações. A manutenção de uma estrutura fundiária concentrada foi viabilizada pelo apoio do Governo Central (imperial e republicano) e dos governos locais (provinciais/estaduais), configurando a modernização conservadora da época, cujos marcos principais foram: a) a concessão de financiamento subsidiado principalmente para os proprietários de terras da agroindústria canavieira do Nordeste, que puderam assim transformar seus engenhos em fábricas mais modernas (usinas), nas quais era proibido o uso de trabalho escravo; b) a política de apoio e garantia de imigração de mão-de-obra livre, principalmente em direção à São Paulo, que liderava a expansão da cafeicultura no Sudeste.¹ Foi o primeiro desses dois aspectos que levou um autor a denominar a Primeira República de “república das usinas” (PERRUCCI, 1978).

Em síntese, à uma estrutura concentrada de propriedade da terra associou-se uma expansão da oferta de trabalhadores livres (ex-escravos ou não e imigrantes), o que tornou possível a constituição de uma economia cujo fundamento continuou sendo a falta de alternativas ou de oportunidades de sobrevivência para a esmagadora maioria daqueles que já viviam e/ou que passaram a viver no território brasileiro.

¹ Sobre estes dois marcos ver RAMOS, 1996.

As dimensões concentradas deste longo processo histórico em termos de produtos exportados², de estrutura fundiária e de crescimento e distribuição da população já foram devidamente tratadas por historiadores e estudiosos, cabendo aqui destacar alguns dados quanto às duas últimas.

Como não se dispõe de dados sistematizados e abrangentes sobre a estrutura fundiária do Brasil antes do Século XX³, cabe apontar que, em 1920, Pernambuco apresentava o segundo menor índice de Gini da distribuição da posse da terra dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, atrás apenas do Espírito Santo; São Paulo apresentava um índice não muito menor (0,764) que os dos estados da fronteira na época (Paraná, 0,810, Goiás, 0,784, Mato Grosso, 0,769), desconsiderando-se os estados do Norte (dados de SZMRECSÁNYI, 1986, p. 193). Quanto à população, tem-se que, em 1920, São Paulo era o segundo mais populoso, atrás de Minas Gerais, graças tanto à imigração externa como à interna: entre 1880 e 1930, São Paulo recebeu 63% dos estrangeiros que adentraram terras brasileiras. Por sua vez, se entre 1820 e 1900 apenas 965 imigrantes nacionais adentraram São Paulo, entre 1901 e 1930 eles chegaram a 279.984 (dados em PATARRA, 1986, p. 259, ALBUQUERQUE & NICOL, 1987, pp. 105, 196/7; CANO, 1977, p. 308).

Para concluir esta parte, convém comparar o crescimento das áreas cultivadas com as principais lavouras em São Paulo entre 1894/5 e 1919/20: a do arroz cresceu 4.081%, a do algodão 2.673%, a do milho 462%; a do feijão 387%, a do café 169% e a da cana 223% (dados de SOARES, 2000, pp. 58/9). A expansão da cana foi profundamente afetada pela ocorrência de uma geada devastadora na safra de 1917/18, o que obrigou a elevação da importação de açúcar do Nordeste, que passou das 45.299 t em 1917 para 68.854 em 1918 (dados de DÉ CARLI, 1943, pp. 75 e 84). A partir de 1922/3 outro grave problema afetou a produção local de cana: foi a ocorrência do “mosaico”. As medidas para debelar tal doença originaram novas variedades que muito ajudaram a expansão da agroindústria do açúcar em São Paulo.

3. O deslocamento da estrutura excludente: A mudança dos regimes de trabalho e a emergência da supremacia da agroindústria canavieira paulista no período 1930-1960

A história do complexo canavieiro do Brasil de 1930 até nossos dias está profundamente marcada pelo que ocorreu nas áreas produtoras de Pernambuco e de São Paulo, assim como nas relações entre elas. No início da década de 1950, o primeiro deles perdeu a liderança na produção açucareira para o segundo. Em Pernambuco a lavoura canavieira continuou concentrada na Zona da Mata. Em São Paulo, ela se expandiu

² As participações do açúcar e do café na pauta de exportações brasileiras foram as seguintes, respectivamente: 1821-1830 - 32,2% e 18,5%; 1841-1850 - 26,7% e 41,3%; 1861-1870 - 12% e 45,3%; 1881-1890 - 10% e 61,7%; 1901-1910 - 1,2% e 51,5%; 1921-1930 - 1,4% e 69,6% (Fonte: PERRUCCI, 1978, pp. 52 e 83).

³ Para o caso de São Paulo, ver GRAZIANO DA SILVA (coord.), 1981.

para outras áreas fora do antigo “quadrilátero do açúcar”⁴, sendo que a maior diversificação da agricultura local fazia-se presente mesmo em tal área, especialmente depois do final do Século XIX.

Contudo, antes de examinar estes processos, convém retomar um outro, mais geral, que permite uma comparação com o apontado na parte anterior: entre 1930 e 1960 o principal movimento migratório para São Paulo deixou de ser de estrangeiros, passando a ser de nacionais, o que os dados do Quadro 01 mostram com clareza. Naquele período o estado recebeu 89% dos brasileiros chegados à São Paulo entre 1820 e 1960.

QUADRO 01 – ESTADO DE SÃO PAULO - IMIGRAÇÃO PARA O ESTADO ENTRE 1930 E 1960 E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM 1940, 1950 E 1960

Períodos	IMIGRAÇÃO PARA SÃO PAULO			DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE SÃO PAULO				
	Total	Estrangeiros	Nacionais	ANO	Total	Urbana	Rural	% Rural
1931-1940	625.766	175.672	450.094	1920	4.592.188	Não disponível		
1941-1950	594.215	65.793	528.422	1940	7.180.316	3.168.111	4.012.205	55,9
1951-1960	1.650.570	370.239	1.280.331	1950	9.134.423	4.804.211	4.330.212	47,4
1820-1960	5.423.730	2.883.934	2.539.796	1960	12.823.806	8.044.377	4.779.429	37,3

Fontes: CANO, 1977, p. 308 e Censos demográficos do IBGE.

É certo que boa parte dos imigrantes para São Paulo conseguiram colocação no mercado de trabalho urbano, dada a liderança que este estado passou a ter no processo de industrialização da economia brasileira. Contudo, a população rural era maior do que a urbana em 1940 e, em 1960, ela era maior do que a daquele ano, o que indica que uma parte daqueles imigrantes alojaram-se em propriedades fundiárias, passando a dedicar-se às culturas comerciais. É também certo que tais movimentos foram acompanhados de um deslocamento de pessoas das zonas rurais para as áreas urbanas no interior do estado. Assim, os proprietários de fábricas e de terras em São Paulo contaram com uma suficiente oferta de força-de-trabalho.

Tal oferta era também abundante na Zona da Mata de Pernambuco. Era nela que se faziam sentir os problemas maiores da expansão das usinas, devendo ficar registrado que eles ocorriam também na região canavieira do Rio de Janeiro, concentrada no município de Campos e nos seus vizinhos mais próximos. Contudo, os rumos futuros da relação terra-trabalho na lavoura canavieira do Brasil dependeram principalmente do que estava acontecendo em Pernambuco e em São Paulo, mas por motivos diferentes.⁵

Em Pernambuco, o “processo usineiro”, que vinha da Primeira República, assumia a face de uma concentração fundiária, a qual, por sua vez, atingia aquela relação⁶. Com as estabilizações dos preços do açúcar e da cana, associadas à limitação da expansão da produção, primeiras medidas da CDPA/Comissão de Defesa da Produção Açucareira, criada em 1931, a qual buscou minorar os males decorrentes da crise de

⁴ Esta denominação foi criada por PETRONE, 1968, para tratar as características da produção canavieira/açucareira paulista entre o final do Século XVIII e primeira metade do XIX. Compreendia a região formada pelos municípios de Jundiá, Mogi-Guaçu, Sorocaba e Piracicaba. Para um detalhamento do caso de Piracicaba, ver RAMOS, 2001.

⁵ O fato de que Minas Gerais apresentasse, em 1931, a segunda maior área de cana no Brasil, estava associado tanto à importância de sua pecuária leiteira com à sua estrutura de produção de derivados, marcada, na época, pela predominância de pequenos engenheiros produtores de açúcar mascavo, rapadura e aguardente. A principal diferença entre um engenho e uma usina reside no processo/equipamento de centrifugação, que permite a obtenção de açúcar branco nesta última.

⁶ Estes processos já foram analisados por diversos autores, os quais foram utilizados em RAMOS, 1983 e RAMOS, 1999.

1929, os usineiros intensificaram sobremaneira um comportamento característico herdado do passado: a aquisição de terras, com canaviais já formados e formando novos, ampliando dessa forma o esmagamento de cana própria. Isto decorria também do fato de que os outros senhores de engenho, classe social da qual aqueles eram originários, lutavam para não se tornarem meros fornecedores de cana, buscando manter seus velhos engenhos banguês em funcionamento.

Este processo atingia os moradores dos engenhos, ou seja, os trabalhadores das propriedades que mudavam de mãos. Assim, à concentração fundiária estava associada uma expulsão das famílias que habitavam os engenhos. A “morada” foi uma relação amplamente estudada: os moradores tinham acesso às reservas de terras dos engenhos/latifúndios (ainda não ocupadas pelos canaviais) e nelas podiam plantar e criar pequenos animais para a subsistência familiar, e mantinham vínculos inter-pessoais de submissão e de confiança com seus senhores, o que se desdobrava no conhecido fenômeno do mandonismo político.

Fica evidente, portanto, que o “processo usineiro” não interessava tanto aos senhores de engenho, ou seja, àqueles que não haviam conseguido se alçar à categoria de usineiros, como aos moradores de seus imóveis rurais. A intervenção estatal destinada a contê-lo deve ser entendida como uma luta para preservar a figura do fornecedor de cana e não para preservar os ultrapassados engenhos banguês. Ela foi implementada com base na atuação do IAA/Instituto do Açúcar e do Alcool, criado em 1933 e que sucedeu a CDPA. Assumiu contornos bem definidos com o advento do Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC), de 1941, cuja principal medida foi a de limitar o esmagamento de cana própria em 60% do total processado pelas usinas.

Contudo, o máximo que se conseguiu foi arrefecer aquele processo. Ou seja, muitos senhores de engenho acabaram se tornando fornecedores de cana e seus engenhos ficaram de “fogo morto”⁷. Assim, a concentração fundiária continuou sendo um traço marcante da área canavieira nordestina, ou seja, os latifúndios canavieiros continuaram marcados pela existência de uma dupla reserva: de terras e de trabalhadores, verdadeiramente cativos, devido à falta de alternativas de sobrevivência na área. Havia a opção de migrar para São Paulo, geralmente ao lado dos conterrâneos do Sertão ou do Agreste.⁸

O trabalho de Manuel Diégues Júnior, após apresentar e comentar, no capítulo 5, dados e informações sobre a concentração fundiária nas áreas canavieiras do Nordeste entre 1920 e 1950, observa no capítulo 8 (“Dependência econômica e empobrecimento da população rural”):

A influência do açúcar se fez sentir bem nítida nesse condicionamento da vida da população rural: o empobrecimento se acentua. Os extremos se tocam: o senhor rico e o trabalhador paupérrimo. Tal distância mais se agravou com o crescimento da usina. Aí mais forte se tornou o exclusivismo açucareiro, que, no tempo dos engenhos, ainda era atenuado sob certos aspectos; inclusive pela existência da casa de farinha nos engenhos, o que se não verifica nas usinas” (DIÉGUES JÚNIOR, 1954, p. 164)

⁷ *Fogo Morto* é um dos títulos da obra de José Lins do Rego que, como se sabe, imortalizou na literatura brasileira os processos ocorridos na agroindústria canavieira de Pernambuco.

⁸ Uma outra opção foi apontada por Celso Furtado: “Além da grande corrente migratória de origem européia para a região cafeeira, o Brasil conheceu no último quartel do Século XIX e primeiro decênio deste um outro grande movimento de população: da região nordestina para a amazônica” (FURTADO, 1977, p. 129).

Este processo estava articulado com outro, que ocorria dentro dos latifúndios canavieiros: tratava-se da mudança na categoria de trabalhadores utilizados. O Quadro 02 traz dados sobre isto para as áreas canavieiras de Pernambuco e Alagoas, mostrando a maior utilização de trabalhadores temporários. Também cresceu a categoria sob a denominação de “outra condição”, tendo caído a de “parceiros”.

QUADRO 02 – PERNAMBUCO E ALAGOAS - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIA - 1950 – 1960 (RMNRF = Responsáveis e membros não remunerados da família; E = Empregados)

CATEGORIAS	LITORAL E ZONA DA MATA DE PE				LITORAL E ZONA DA MATA DE AL			
	1950	%	1960	%	1950	%	1960	%
RMNRF	39.000	18,76	81.579	30,91	46.204	37,36	57.818	39,00
E. trabalho permanente	92.464	44,47	67.494	25,58	35.394	28,62	25.850	17,44
E. trabalho temporário	73.994	35,59	99.420	37,67	40.811	33,00	54.0238	36,44
Parceiros	2.456 (*)	1,18	888	0,34	1.270 (*)	1,03	992	0,67
Outra condição	-	-	14.523	5,50	-	-	9.559	6,45
TOTAL	207.914	100,00	263.904	100,00	123.679	100,00	148.242	100,00

Fontes: IBGE, Censo econômico de 1950 e Censo Agrícola de 1960. (*) Inclui o pessoal que trabalha por conta dos parceiros.

Este fenômeno já foi devidamente estudado por economistas e sociólogos, havendo diferentes denominações para os trabalhadores que se deslocavam (e ainda se deslocam) intra e inter regiões brasileiras, para atenderem às necessidades dos latifúndios: No Nordeste, foram chamados de volantes, de corumbas, de caatingueiros, de clandestinos; em São Paulo, de bóias-frias⁹.

Este processo está relacionado ao surgimento do movimento denominado “Ligas Camponesas”, tratado na obra de Fernando Antonio Azevedo¹⁰, a qual contém uma análise dos seus antecedentes, objetivos e trajetória. Cabe lembrar que o fato que mais a marcou foi a luta iniciada em 1955 pelos “foreiros” (pequenos arrendatários que pagavam aluguel da terra na forma de renda anual) do Engenho Galiléia, que resistiram ao aumento do “foro” e à expulsão da área. Tal luta terminou com o governo estadual tomando posse do engenho em fevereiro de 1960.

Para passar à análise da relação terra-trabalho em São Paulo, convém partir do fato de que a lavoura canavieira no estado vinha crescendo significativamente: segundo dados do Anuário Estatístico do IBGE, ela passou dos 20.010 hectares em 1931 para 46.530 em 1933. E continuou crescendo depois, como mostram os dados do Quadro 03. Esse crescimento era destinado principalmente à elevação da produção de açúcar, a qual se constituía na maior ameaça às vendas do açúcar pernambucano no mercado interno. Foi devido a isso que outro importante objetivo da intervenção estatal foi buscar estancar tal expansão. Como se pode ver, o que se conseguiu foi apenas uma diminuição do ritmo de expansão da lavoura canavieira paulista na década de 1940, já que na década seguinte ele foi muito maior, inclusive comparativamente com o de outros estados.

⁹ Muitas obras foram escritas sobre isto, como a de SIGAUD, 1979. Outras serão citadas quando for tratado o caso paulista.

¹⁰ Ver AZEVEDO, 1982. Embora o autor trate (p. 59) como “meia verdade” a versão mais conhecida quanto à origem da “Liga Camponesa da Galiléia” como sendo a de “uma associação beneficente, com o objetivo exclusivo de criar um fundo mútuo de ajuda para financiar caixões mortuários”, ela pode ser tomada como um sintoma da realidade vivida pelos trabalhadores da região.

É sabido que na lavoura cafeeira paulista predominava o colonato como regime de trabalho rural que, assim como o de morada, vinha do Século XIX. A conversão de muitos estabelecimentos agropecuários para a produção de cana foi feita mantendo-se este regime. Logo isto manifestou-se como um problema face à determinação do ELC que atribuía, aos plantadores de cana, uma quota de fornecimento a ser respeitada pelos usineiros, quota esta vinculada ao “fundo agrícola”, ou seja, ao uso da terra. Esta norma tinha como intuito a situação prevalecente na Zona da Mata nordestina e na área canavieira do Rio de Janeiro, espaços agrários nos quais os fornecedores ou produtores eram os próprios proprietários dos imóveis. No caso de São Paulo, a norma criou uma confusão quanto ao direito de propriedade, fazendo com que os colonos passassem a possuir um quota, vale dizer, o direito ao uso de uma parcela da mesma para continuar cultivando e entregando cana às fábricas, pois eles eram os produtores diretos de cana.

QUADRO 03 - BRASIL - DISTRIBUIÇÃO E EVOLUÇÃO DA ÁREA CULTIVADA COM CANA-DE-AÇÚCAR - 1932 – 1940 – 1950 – 1960 (em hectares, com médias trienais centradas nos anos indicados)

ESTADOS/REGIÕES	1932 (1)	1940 (2)	1950 (3)	1960 (4)	% (1)-(2)	% (2)-(3)	% (3)-(4)	% (1)-(4)
NORTE/NORDESTE	223.880	248.915	341.744	505.372	11,2	37,3	47,9	125,7
- Pernambuco	112.827	113.900	153.815	215.253	1,0	35,0	39,9	90,8
- Alagoas	28.027	41.677	53.338	95.202	48,7	28,0	78,5	239,7
- Paraíba	6.837	10.905	28.130	37.452	59,5	158,0	33,1	447,8
CENTRO/SUL	144.910	291.109	491.326	827.177	100,9	68,8	68,4	470,8
- Rio de Janeiro	22.827	51.811	82.439	112.647	127,0	59,1	36,6	393,5
- São Paulo	33.403	77.341	146.722	364.768	131,5	89,7	148,6	992,0
- Minas Gerais	36.827	79.633	136.460	177.529	116,2	71,4	30,1	382,1
- Paraná	2.563	2.122	10.191	24.643	- 17,2	380,3	141,8	861,5
- Goiás	8.773	6.370	18.091	34.574	- 27,4	184,0	91,1	294,1
- Mato Grosso	883	2.580	6.062	11.171	192,2	135,0	84,3	1.165,1
BRASIL	368.790	540.024	833.070	1.332.549	46,4	54,3	60,0	261,3

Fonte: FIBGE, Anuários Estatísticos de vários anos.

Esta situação foi contornada com alterações no ELC em 1944 e, assim, São Paulo pode continuar sua trajetória ascendente na produção canavieira do Brasil, utilizando-se do regime de colonato¹¹. Assim como o morador, o colono podia utilizar áreas dos imóveis para lavouras e criações animais, tanto para consumo familiar como para venda. Contudo, esta semelhança não pode obscurecer importantes diferenças. A primeira delas é que enquanto na propriedades cafeeiras as lavouras dos colonos podiam ser tanto intercalares como em espaços próximos às suas casas e ao cafezal, na cana só havia esta última possibilidade. Isto significava que a expansão do cafezal não impedia a expansão daquelas lavouras.

Uma outra diferença dizia respeito à questão das possibilidades de venda dos excedentes. Embora elas existissem nas duas regiões, era em São Paulo que havia um mercado interno em vigorosa expansão e com preços aparentemente remuneradores, decorrentes do dinamismo urbano/industrial. Esta era uma situação bem diferente do indicado há pouco quanto ao estreito mercado nordestino, mesmo na área mais populosa da região, a Zona da Mata. Isto contribuiu para que muitos colonos, principalmente imigrantes italianos, mesmo

aqueles que chegaram com poucos recursos, pudessem, com base em uma poupança familiar forçada, ampliar suas disponibilidades, o que tornou possível a eles e/ou a seus descendentes adquirirem pequenos sítios ou mesmo constituir pequenos negócios, os quais foram sendo gradualmente ampliados¹².

Esta possibilidade apresentou-se principalmente em função dos impactos da crise de 1929, que criou problemas para os cafeicultores. Contudo, um minucioso estudo¹³ sobre isto concluiu que “a estrutura da posse da terra em São Paulo após a crise de 1929 não apresentou modificações profundas, mantendo-se extremamente concentrada e excludente (...) embora houvesse ocorrido um grande aumento do número de pequenos estabelecimentos”. Isto se deveu, entre outros motivos, ao fato de que outras lavouras – entre elas a da cana, abriram oportunidades de novos negócios para os proprietários fundiários paulistas, o que evitou uma crise generalizada. Não se pode esquecer de adicionar a isto a “socialização das perdas” resultante da política de defesa do café implementada pelo Governo Vargas (FURTADO, 1977, p. 165).

As observações acima permitem concluir que, enquanto em São Paulo havia alguma possibilidade de mobilidade social para cima, no Nordeste a luta maior era para evitar a deterioração das condições de vida.

Um aspecto da maior importância e de caráter mais geral está profundamente relacionado à realidade que está sendo analisada¹⁴. Trata-se do fato de que a legislação do salário mínimo acabava servindo de estímulo ao processo migratório interno, já que ela especificava níveis mais elevados para os das capitais e/ou grandes centros industriais¹⁵.

Já a questão da comparação entre os salários rurais e urbanos é mais complexa, exatamente porque, como apontado, a renda no meio rural, obtida pela maioria dos trabalhadores dos latifúndios, era complementada pela venda dos excedentes e, mais ainda, pela não ocorrência de certos itens do custo de vida e/ou pelos menores níveis deles, tais como o da habitação, alimentação etc. Assim, parece difícil discordar da afirmação de que, enquanto perdurasse aquela situação e desconsiderando-se outras vantagens da vida na cidade, a vida na zona rural não era necessariamente pior. A diferença maior parecia estar no grau de monetização e de mercantilização envolvidos nestes espaços de vida.

Mas também em São Paulo havia um processo em curso no interior dos latifúndios (canavieiros, cafeeiros, algodoeiros etc) e ele não era muito diferente do que ocorria no Nordeste canavieiro. Sua

¹¹ Ver os detalhes disto em RAMOS, 1999, página 107.

¹² Isto é que explica porque alguns desses imigrantes/colonos e seus descendentes puderam vir a ser, depois de poucas décadas, proprietários de negócios fabris e comerciais, entre eles engenhos e usinas paulistas. Ver RAMOS, 1998/1999.

¹³ Conforme KAGEYAMA, 1979, p. 139.

¹⁴ Os comentários a seguir devem ser considerados como uma síntese da análise contida em RAMOS, 2005.

¹⁵ Não obstante isso, “Nos centros industriais como São Paulo e Rio de Janeiro, que eram responsáveis por cerca de 50% do total dos empregos urbanos registrados, o valor do primeiro salário mínimo ficou abaixo da média dos menores salários, enquanto que no restante das cidades o mínimo legal foi superior à média das menores remunerações” (conf. POCHMANN, 1994, p. 648). O primeiro salário mínimo foi estipulado para o ano de 1940. Um estudo sobre saída de trabalhadores agrícolas, por salário diário mais frequente, em 1952, revelou que “os estados do Nordeste que mais tiveram municípios que perderam trabalhadores agrícolas foram os de Ceará, Pernambuco e Bahia”. Uma consulta aos anuários estatísticos do IBGE mostrou que “os salários agrícolas mais frequentes pagos nos municípios do Nordeste eram, na esmagadora maioria (90%), inferiores ao salário mínimo vigente em

percepção pode se dar com base nos dados do Quadro 04. Fica evidente o grande crescimento, entre 1940 e 1960, da ocupação temporária, em detrimento das mais perenes, inclusive a da parceria¹⁶.

QUADRO 04 – ESTADO DE SÃO PAULO – DISTRIBUIÇÃO E EVOLUÇÃO DAS CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO PELOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS – 1940 – 1950 – 1960

Categorias	1940 (1)		1950		1960 (2)		Variações % (1)-(2)
Familiares	715.486	38,0 %	607.299	40,1 %	839.300	44,9 %	17,3 %
Permanentes	1.030.113(*)	54,6 %	519.633	34,3 %	455.712(**)	24,4 %	- 55,8 %
Temporários	139.858	7,4 %	152.671	10,1 %	434.123	23,2 %	210,4 %
Parceiros	-	-	234.303	15,5 %	139.471	7,5 %	(...)
TOTAIS	1.885.457	100,0 %	1.513.906	100,0 %	1.868.606	100,0 %	- 0,89 %
Pessoal Ocupado p/1000há	712 (***)		562 (***)		605 (***)		- 15 %

Fonte: LOPES, 1977, p. 46, com as seguintes notas: (*) “Em 1940 engloba ‘Colonos e Empregados’ (permanentes). Os parceiros estão, provavelmente, incluídos neste total”; (**) “Em 1960 adicionamos aos empregados permanentes os de ‘outra condição’”; (***) “Pessoal ocupado por 1000 hectares de área de cultivo temporário”.

Assim, o processo em curso na agropecuária brasileira no período aqui considerado apontava para um uso maior das reservas de terras dos latifúndios, combinado com uma substituição de trabalho perene por parcial, o que foi sendo possibilitado pela crescente mecanização (total ou parcial) das operações agrícolas, variando seu grau entre as diferentes culturas, regiões e propriedades. Tal mecanização teve como manifestação mais explícita a tratorização¹⁷.

Para concluir esta parte, convém lembrar que, se a fronteira interna aos imóveis rurais das regiões de ocupação mais antiga ou mais densamente povoadas, quais sejam, o Nordeste, o Sudeste e o Sul, haviam diminuído significativamente no período aqui analisado, restava ainda, em 1960, uma fronteira externa a eles, áreas ainda por serem apropriadas/ocupadas, mesmo em São Paulo. Havia, enfim, uma enorme fronteira aberta no Centro/Oeste e no Norte, fossem internas aos seus latifúndios, fossem, principalmente, externas¹⁸.

4. A consolidação da exclusão social com a integração dos mercados de trabalho e os conflitos decorrentes da estrutura da lavoura canavieira entre 1960 e 1985

Entre 1960 e 1985 a expansão da lavoura canavieira no Estado de São Paulo continuou em ritmo acelerado. Quatro fatores contribuíram para isso: o primeiro deles foi a erradicação dos cafezais, com o que

Salvador, e que este e aqueles eram bem menores que o salário mínimo médio estipulado para São Paulo” (trechos extraídos de RAMOS, 2005, pp. 96 e 97).

¹⁶ Os dados de um trabalho indicam que, em 1955, na “zona rural do Estado de São Paulo” a distribuição da força-de-trabalho era a seguinte: “colonos”+“parceiros”: 510 mil trabalhadores (36,4%); arrendatários: 215 mil (15,4%); proprietários: 360 mil (26,4%); “camaradas por dia”+“camaradas por mês”: 307 mil (21,8%) (ETTORI, 1955, p. 14). Outro indicador encontra-se em STOLCKE, 1986, p. 236, que mostra que o número de “colonos e suas famílias” caiu 100% e o de “parceiros e suas famílias” caiu 96,9% nas propriedades cafezeiras paulistas entre 1958 e 1970.

¹⁷ Alguns dados evidenciam este movimento: a importação de tratores e acessórios mecânicos agrícolas no Brasil passou de 3.100 toneladas na média de 1937/48 para 18.200 na de 1949/53 e para 47.600 em 1954 (dados retirados de GNACCARINI, 1980, p. 83). Por sua vez, o número de tratores na agricultura brasileira passou de 1.706 em 1920 para 3.380 em 1940, para 8.372 em 1950 e para 61.345 em 1960 (dados retirados de SORJ, 1980, p. 35).

¹⁸ Sobre isto ver RAMOS, 2005, páginas 111/2. Para ilustrar a afirmação basta destacar que, em 1960, a relação AL/AT dos estabelecimentos de São Paulo ainda era de apenas 24,7%; a relação AT/AG (ou AT/Superfície) era de 78%. Em dois estados da fronteira elas eram, respectivamente de 3,4% e 44,8% em Goiás e de 1,3% e 21% no Mato Grosso.

se buscou elevar a produtividade e a sanidade desta cultura. Isto abriu espaço para a cana (e outras lavouras), a qual, como segundo fator, estava integrada ao aumento das exportações de açúcar, principalmente para o mercado preferencial norte-americano. O terceiro fator foi o plano de racionalização (concentração) da agroindústria canavieira, implementado pelo IAA entre 1971 e 1973; o quarto fator foi o advento do Proálcool em 1975. Os dois últimos fatores guardam relação mais direta com os objetivos deste ensaio.

O plano de racionalização, sem a devida comprovação empírica, assumiu que a produção de cana e de açúcar no Brasil apresentavam economias de escala e, para promovê-las, incentivou um processo de concentração tanto industrial como fundiária, destinando recursos subsidiados para a absorção de quotas de fabricação de açúcar e de fornecimento de cana, permitindo o fechamento e realocação de usinas, cancelando e/ou transferindo ambas as quotas, intra e/ou inter empresas e grupos econômicos. Isto foi feito com base em decretos-lei do IAA, à revelia do que estipulava o Estatuto da Lavoura Canavieira¹⁹.

Os resultados destas medidas concretizaram-se rapidamente, como mostram dois trabalhos. Um deles (ver PAMPLONA, 1984, p. 9) captou a concentração industrial nas duas regiões produtoras - Norte/Nordeste e Centro/Sul, entre 1971/2 e 1978, com base na distribuição do número de usinas conforme suas escalas de produção. Outro²⁰ captou a concentração fundiária com base nos dados censitários de 1970 e 1975. Desse segundo trabalho, convém apenas reproduzir o que ocorreu em Alagoas e em São Paulo, já que os dados para Pernambuco não revelam concentração: em Alagoas, o estrato de área total com mil ou mais hectares elevou sua participação na produção de cana de 24,6 para 30,5%, sendo que o estrato com menos de cem hectares diminuiu a sua de 15,2 para 13,2%; em São Paulo, as respectivas elevação e diminuição foram de 36,8 para 47,1% e de 18,4 para 12,6%.

QUADRO 05 – BRASIL - DISTRIBUIÇÃO E EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA DE CANA-DE-AÇÚCAR EM ALGUNS ESTADOS - 1960 – 1970 – 1980 - 1985 (em hectares)

ESTADOS	1959 (1)	1970 (2)	1980 (3)	1985 (4)	% (1)-(2)	% (2)-(3)	% (3)-(4)	% (1)-(4)
- Pernambuco	259.183	273.877	380.509	465.463	5,67	38,93	22,33	79,59
- Alagoas	102.487	166.194	380.151	484.451	62,16	128,74	27,44	372,70
- Paraíba	(Outras)	40.007	85.455	119.765	(...)	113,60	40,15	(...)
- Sergipe	(Outras)	17.540	21.134	26.855	(...)	20,49	27,07	9...
- Rio de Janeiro	123.343	180.946	199.655	183.220	46,70	10,34	-8,23	48,55
- SÃO PAULO	291.013	580.487	1.073.120	1.694.994	99,47	84,87	57,95	482,45
- Minas Gerais	86.593	168.549	169.124	243.684	94,65	0,34	44,09	181,41
- Paraná	(Outras)	30.035	62.092	144.412	(...)	106,73	132,58	(...)
- Goiás	(Outras)	9.824	12.572	77.196	(...)	27,97	514,03	(...)
- Mato Grosso	(Outras)	3.900	15.250	62.297	(...)	291,03	308,50	(...)

Fonte: IBGE (Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1980 e 1985).

Notas: Os números para o Mato Grosso incluem os dos dois estados – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;

¹⁹ Não há espaço aqui para detalhes sobre isto. Ver RAMOS, 1999, páginas 159-165.

²⁰ Ver QUADROS DA SILVA, 1983, p. 46. A área total média dos estabelecimentos paulistas que tinham na cana sua atividade econômica elevou-se de 128,9 há em 1970 para 186,3 em 1975 e para 220,5 há em 1980 (ver RAMOS, 1999, p. 229).

(Outras) significa que o Censo Agrícola de 1960 apresenta a cana entre “outras lavouras temporárias”, não destacando a área colhida, apenas a quantidade colhida.

Assim, principalmente estes dois estados puderam continuar expandindo seus canaviais, como mostram os dados do Quadro 05²¹. No Nordeste, cabe destacar que, em Alagoas, ampliou-se a penetração da lavoura canavieira nas terras dos tabuleiros costeiros, que havia sido iniciada na década de 1950, com o que ocorreu expulsão de outras lavouras e concentração fundiária, agravando-se a situação dos moradores locais, repetindo o que acontecia na Zona da Mata pernambucana²². Chama a atenção o fato de que na Paraíba a área colhida de cana quase triplicou em quinze anos, o que se deveu também ao advento do Proálcool. No Centro/Sul, destaca-se a expansão ocorrida no Paraná, em Goiás e no Mato Grosso (MS+MT), principalmente em decorrência da segunda fase daquele programa, que se deu entre 1979 e 1985.

Convém retomar a análise das relações terra-trabalho no ponto em que foi deixada na parte anterior. O processo de substituição de trabalhadores permanentes por temporários no Brasil como um todo, mas aqui considerado a partir do que ocorria em Pernambuco e em São Paulo, acabou desembocando numa luta que tinha duas frentes: a extensão dos direitos trabalhistas ao campo e a realização de uma ampla Reforma Agrária no país. Enquanto que em Pernambuco isto estava associado diretamente com o que ocorria na lavoura canavieira, em São Paulo tal associação era diluída pelo fato de que haviam outras culturas de grande importância mercantil²³, nas quais o mesmo processo se fazia sentir.

O primeiro resultado institucional daquela luta foi o advento do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), em 1963. Não cabe aqui retomar a discussão sobre isso, mas sim insistir em que ele não foi a causa daquele processo, embora o tenha intensificado, o que parece ser a principal razão pela qual o ETR não surtiu o efeito esperado, o que deu origem a uma legislação substituta (Lei n. 5.889) em junho de 1973²⁴.

O segundo resultado da luta ocorreu depois do golpe militar, com o advento do Estatuto da Terra, em 1964. Como é sabido, logo depois os objetivos deste documento legal foram distorcidos, abandonados e/ou substituídos, e a mudança estrutural que ele pretendia não ocorreu.

Exemplo disto é o que ocorreu na lavoura canavieira da Zona da Mata. Nela foi derrotada a intenção da Sudene de realizar uma reforma agrária. Passada a crise do início da década de 1960, a agroindústria canavieira local embarcou em um novo ciclo expansivo, dado o aumento da exportação de açúcar a partir de 1965. Buscou-se amenizar os conflitos locais com o advento do decreto N. 57020 (1965) do IAA, que ficou conhecido como a “lei do sítio”, já que obrigava os proprietários locais a destinarem dois hectares para as plantações e criações de subsistência dos moradores e suas famílias. Isto também contribuiu para a

²¹ Notar que a fonte dos dados do Quadro 05 são os censos e a dos do Quadro 03 são os Anuários Estatísticos.

²² Sobre a expansão da agroindústria canavieira alagoana sugere-se a leitura do trabalho de LIMA, 2001.

²³ Como pode ser visto no Quadro 08, a cana era, em 1959, a quinta cultura em área colhida no estado.

²⁴ Ver, para um tratamento aprofundado do caso de São Paulo, STOLCKE, 1986. Na página 233, ela escreveu sobre a Lei n. 5.889: “Ao invés de eliminar algumas das deficiências observadas no Estatuto, em relação ao estatuto legal dos trabalhadores eventuais, a nova lei simplesmente excluiu da proteção legal essa categoria crescente de trabalhadores de modo ainda mais eficaz”.

intensificação da substituição de trabalhadores permanentes por temporários. O mais importante é que se manteve intacta a estrutura agrária herdada do passado.

Alguns dados sobre tais considerações estão no Quadro 06, que traz indicadores de quatro sistemas agrários da Zona da Mata nordestina. Cabe destacar os da densidade da população rural e o número da população economicamente ativa do sistema canavieiro, o maior deles em PEA agrícola e em área geográfica, como mostra o mapa da página 44 do trabalho mencionado como fonte, pois ela se estende do Rio Grande do Norte à Sergipe.

QUADRO 06 – INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS DOS QUATROS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DA ZONA DA MATA NORDESTINA – 1950 – 1970 (Densidades da população rural e da PEA Rural em pessoas/km²).

Variável	SISTEMA CANAVIEIRO		SIST. CACAUEIRO		SIST. ARROZEIRO		S. COCO/POLICULTURA	
	1950	1970	1950	1970	1950	1970	1950	1970
Nº PEA agrícola	443.569	447.785	171.746	246.545	30.033	29.596	153.182	140.842
Taxa anual crescimento		0,04 %		1,82 %		-0,07 %		0,42 %
PEA agrícola/PEA total	49,7 %	35,2 %	74,3 %	66,5 %	70,1 %	69,2 %	39,7 %	23,4 %
Densidade pop. Rural	66,79	57,32	20,32	18,21	43,89	46,05	47,17	41,44
Densidade PEA rural	94,71	47,34	17,29	12,26	78,63	35,15	72,44	49,44
Área total/trabalhador	(1975)	6,50	(1975)	13,37	(1975)	4,80	(1975)	5,64
Área cultivada/trabalhador	(1975)	2,89	(1975)	5,53	(1975)	2,59	(1975)	1,76

Fonte: IRMÃO, SAMPAIO, 1984, páginas 47,52 e 53.

O Quadro 07 permite uma comparação entre alguns indicadores do uso do solo nas três áreas canavieiras mais importantes do Brasil entre 1949 e 1970. Para este último ano traz indicadores da relação terra-trabalho-capital.

QUADRO 07 – BRASIL - INDICADORES DO USO E TRABALHO DO SOLO EM TRÊS REGIÕES CANAVIEIRAS

Variáveis	MATA NORDESTINA			CANAV. FLUMINENSE			CANAVIEIRA PAULISTA		
	1949	1959	1970	1949	1959	1970	1949	1959	1970
Há cultiv. Com cana	209.120	345.856	420.375	101.268	95.616	149.906	70.997	179.326	332.402
Há c/outras culturas	71.847	90.400	62.946	54.534	59.005	37.087	450.018	421.235	334.447
Há com pastagens	256.102	285.360	281.140	297.072	312.143	404.185	1.340.381	1.250.170	1.269.040
- Número de tratores por 1.000 hectares		2,0		% de crescimento da área cultivada com cana entre 1949 e 1970: 48 %	6,3		% de crescimento da área cultivada com cana entre 1949 e 1970: 368,2 %; entre 1959 e 1970: 85,4 %		13,1
- Número de há/homem/todas as lavouras		2,19		(Mata Nordestina: 101 %)	4,38				4,94
- Número há/homem da lavoura de cana		1,87			4,77				6,25
- Despesas com insumos – Cr\$/há		88,7			28,2				122,0
- % do Salário no total das despesas		47,5			43,5				29,6
- % dos insumos agrícolas, idem		15,3			8,8				21,2

Fonte: INCRA/Unicamp, 1977, diversas páginas.

Os dados evidenciam a expansão da lavoura canavieira e a retração de outras culturas comerciais na Zona da Mata, bem como a manutenção da área ocupada com pastagens que, como é sabido, ocorre nas encostas dos morros e em espaços não utilizados pela cana. O menor grau de capitalização das lavouras locais, em 1970, fica indicado quando se compara o número de tratores por mil hectares, as despesas com insumos e a maior importância do salário no total de despesas. Contudo, a situação era proporcionalmente

mais atrasada na área canavieira do Rio de Janeiro, a qual não tem sido objeto de destaque neste ensaio²⁵. Nessa área há uma estrutura marcada pela convivência entre os latifúndios das usinas e os minifúndios de milhares de pequenos fornecedores de cana, que cultivam lavouras e criam animais (inclusive gado leiteiro) para a subsistência familiar e para o mercado local. Os dados da área canavieira paulista indicam que a cana substituiu outras culturas. Destaca-se seu maior nível de capitalização, dado a predominância dos latifúndios dos usineiros e grandes fornecedores, o que será indicado a seguir.

A economia mais complexa do Estado de São Paulo continuou recebendo migrantes nacionais. Entre 1950 e 1970 entraram no estado 2.128.561 brasileiros, sendo que 49% deles eram nordestinos de todas as idades, entre os quais uma criança de nome Luiz Inácio (Lula) da Silva, em 1952. Cabe acrescentar que o percentual de analfabetos entre eles era muito alto, já que a média anual destes chegou a 81% entre 1952 e 1968. Contudo, como aquela economia já era um espaço bastante povoado e como também estava em crise no início da década de 1960, ocorreu também uma emigração: entre 1950 e 1970, saíram do estado 820.019 pessoas, sendo que 59% foram para os estados do Sul e, destes, 98% para o Estado do Paraná (dados extraídos de SECRETARIA DA AGRICULTURA, 1972, p. 114 e de RAMOS, 2005, p. 95).

É evidente que este movimento migratório poderia ter apresentado outra perspectiva, qual seja, a de uma ocupação dos estados menos populosos na época e/ou que apresentassem espaços em aberto (entre os quais o próprio Paraná) se neles tivesse ocorrido um processo de colonização baseado em uma estrutura fundiária não concentrada. Isto teria evitado, com certeza, que a substituição de trabalhadores permanentes por temporários, na agropecuária dos estados mais povoados, fosse acompanhada de uma marginalização urbana ou de um excessivo êxodo rural.

Como isto não foi feito, ou seja, como a relação terra-trabalho no Brasil não sofreu nenhuma transformação, os principais centros industriais do país contaram, principalmente na expansão do chamado “milagre”, com uma oferta abundante de força-de-trabalho, particularmente daquela com baixa ou nenhuma qualificação. Convém lembrar aqui o grande crescimento da indústria de construção civil no período, que era e é grande demandante dessa mão-de-obra. Isto se coaduna com a análise dos que não viam uma dualidade no mercado de trabalho do Brasil da época, pelo menos no tocante à boa parte da mão-de-obra disponível²⁶.

A utilização de trabalhadores temporários em São Paulo foi significativamente ampliada ao longo da década de 1960, 1970 e início da de 1980²⁷. Em boa medida isto se deveu à ampliação da área cultivada com

²⁵ Sobre as singularidades da agroindústria canavieira desta área, ver NEVES, 1981 e 1997.

²⁶ Ver OLIVEIRA, 1981. Em outro trabalho encontra-se que “A utilização de volantes não implicou na unificação do mercado de trabalho. Gostaríamos de sugerir aqui uma distinção analítica entre *integração* do mercado de trabalho e *unificação* do mercado de trabalho. Se esta última não se deu, ocorreu, no entanto, grande integração (...) pela fluidez maior da mão-de-obra rural e pela aproximação dos empregos rurais e urbanos” (CASTRO et. al., 1979, p. 196).

²⁷ A distribuição da utilização de mão-de-obra entre as diferentes operações agrícolas nas propriedades das usinas paulistas apresentou uma queda, durante a década de 1970, na participação da operação “tratos culturais”, de 38 para 20% e, entre 1960/1 e 1981/2, um crescimento de 7 para 18% nas de “preparo do solo e plantio”, com a “colheita” absorvendo 61% em 1960/1 e 63% em 1981/2 (conforme dados apresentados por GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 57). Dados sobre o uso de homens/dia em quatro culturas (algodão, café, cana e feijão), em São Paulo, em 1974/5, evidenciam que o algodão era a lavoura que tinha na colheita um

cana em todo o período, como mostra o Quadro 08. Esta afirmação não ignora que outras três importantes culturas apresentavam igualmente uma mecanização parcial: a do café, a do algodão e a da laranja. Contudo, é inegável a maior importância da lavoura da cana neste processo, devido aquela ampliação e porque as áreas cultivadas com café e algodão retrocederam e a área com laranja representava, em 1985, 29% da área com cana. Já as culturas do milho, do arroz e da soja apresentavam (e ainda apresentam) uma mecanização integral, exceto quando praticadas por pequenos produtores/proprietários, principalmente no caso da primeira delas, que é mais disseminada, embora seja o arroz a que, em todo o período, apareça como a de menor área média colhida. Exceto o caso da soja em 1970, a cana apresenta as maiores destas áreas, indicando a predominância de sua prática nos latifúndios paulistas, chegando a cento e oito hectares em 1985²⁸.

QUADRO 08 – ESTADO DE SÃO PAULO – ÁREA TOTAL (AT) E ÁREA MÉDIA (AM) COLHIDA DAS PRINCIPAIS CULTURAS – 1959 – 1970 – 1975 – 1980 – 1985 (área total em mil hectares)

CULTURAS	1959		1970		1975		1980		1985	
	AT	AM	AT	AM	AT	AM	AT	AM	AT	AM
1. Café	1.285,53	13,25	650,88	8,57	711,26	10,06	821,05	9,29	723,39	9,27
2. Milho	898,65	5,42	1.262,09	7,48	1.076,64	7,44	1.006,10	8,65	1.040,04	9,47
3. Arroz	488,49	3,78	447,73	4,46	446,21	4,24	259,63	3,51	228,70	3,45
4. Algodão	408,30	7,50	531,10	10,81	292,50	12,21	236,69	16,41	325,58	16,82
5. Cana	291,01	29,16	580,49	38,28	689,48	66,12	1.073,12	80,42	1.694,99	108,04
6. Feijão	185,62	1,68	130,18	1,88	145,76	2,37	306,22	3,99	287,02	3,96
7. Amendoim	166,39	4,77	322,55	6,94	159,48	6,52	149,42	8,47	106,24	9,34
8. Banana	43,99	2,64	30,48	2,28	29,40	1,82	31,78	1,78
9. Laranja	31,05	1,49	112,06	3,99	188,16	5,28	347,77	8,64	485,76	12,14
10. Mandioca	35,69	2,80	27,52	2,47
11. Batata	27,29	4,63	20,53	6,06	17,17	6,92	20,96	7,25
12. Soja	69,42	47,62	348,77	61,02	485,51	63,72	470,06	63,49
13. Trigo	12,68	25,41	138,26	52,27

Fonte: IBGE, Censo agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Nota: O uso de ... significa que os censos não destacam a cultura como uma das principais nos anos respectivos.

Uma apresentação e análise de indicadores estatísticos da concentração da produção de dezenove culturas no Brasil, em 1975 e em 1980, concluiu que:

“a cana é aquela que apresenta maior concentração da produção. Isso está certamente associado à tendência de as usinas de açúcar concentrarem a produção da sua matéria-prima”. (...) “Para a maioria das culturas analisadas ocorreu, no quinquênio, um aumento da desigualdade e da concentração da distribuição das lavouras de acordo com a área de colheita.” (HOFFMANN, CLEMENTE DA SILVA, 1986, pp. 153 e 155)

nível igual, 63% (dados de KAGEYAMA et. al., 1981, p. 127). O porcentual na colheita não é maior porque a partir de 1960/1 passou a se disseminar em São Paulo o carregamento mecânico da cana cortada, sendo que a queima da cana para o corte manual foi introduzida ainda na década de 1950. Conforme VEIGA FILHO, 1998 (Item 4.1), embora algumas colhedoras automotrizes de cana tenham entrado em operação em São Paulo apenas no início da década de 1970, algumas experiências com máquinas importadas dos EUA haviam ocorrido na década de 1950.

²⁸ É sabido que maior área média colhida não é indicador direto de grande propriedade, mas é inegável a relação entre elas. De qualquer modo, o latifúndio canavieiro paulista está demonstrado também em RAMOS, 1999, págs. 229 e 232, em uma comparação com os casos da laranja e da soja, considerando-se as áreas totais dos estabelecimentos que praticavam estas três culturas. Para exemplificar: em 1985, a área média total dos que tinham na cana sua atividade econômica era de 231,7 hectares, face à 71,7 no caso da laranja e 141,4 no caso da soja. Nesse mesmo ano, os estabelecimentos com 1000 ou mais hectares de área total somaram 43,3% do total de cana colhida, face a 13,1% de toda a laranja e de 13,8% da soja colhida.

O Quadro 09 apresenta o total e a distribuição do pessoal ocupado pelas mesmas culturas do Quadro 08. A cana aparecia, em 1970, como a terceira cultura em ocupação de “empregados temporários”, a maior em termos de “empregados permanentes” e a menor em termos de “responsáveis e membros não remunerados da família”. Finalmente, o indicador “pessoal ocupado por há colhido” não parece ser muito desfavorável para a cana. Contudo, algumas considerações devem ser feitas sobre isto.

A primeira delas é que a cana é uma cultura semi-perene, sendo que em São Paulo geralmente são feitos quatro cortes anuais, antes de novo plantio²⁹. Portanto, ela gera apenas uma única oportunidade anual de trabalho. Já as culturas do feijão e da soja, principalmente, mas também a do milho, permitem o uso do mesmo solo e, portanto, geram trabalho agrícola duas vezes no ano, seja ou não com a mesma cultura.

A outra consideração é quanto à origem dos dados – o censo agropecuário – que serviu de base para o trabalho citado como fonte do Quadro 09. Em síntese³⁰, os censos trazem apenas o número mensal de pessoal temporário contratado diretamente pelos proprietários, e não os contratados através de intermediários, ou seja, empreiteiros, pessoas jurídicas ou físicas. Isto significa que os números de trabalhadores temporários do quadro estão subestimados. Uma correção de tal subestimação indicou que o número de tais trabalhadores na agricultura brasileira passou de 1.473.639 para 2.458.465 em 1970 (+66,8%) e de 2.226.472 para 3.372.977 em 1975 (+51,5%)³¹. É fundamental acrescentar que estas correções pressupõem que os proprietários declararam todos ou corretamente seus gastos com as empreitadas.

QUADRO 09 – ESTADO DE SÃO PAULO - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIA NAS PRINCIPAIS CULTURAS EM 1970

CULTURAS	TOTAL PESSOAL OCUP.	DISTRIBUIÇÃO %					CULTURAS	TOTAL PESS. OCUP.	DISTRIBUIÇÃO %				
		RMNRF (1)	Es. Ps. (2)	Es. Ts. (3)	P. e O. C. (4)	(5)			RMNRF (1)	Es. Ps. (2)	Es. Ts. (3)	P. e O. C. (4)	(5)
Café	310.518	54,62	27,63	9,46	8,29	0,48	Amendoim	114.590	79,40	3,70	15,31	1,59	0,36
Milho	188.314	77,17	9,43	9,02	4,38	0,15	Banana	19.403	62,38	24,00	12,43	1,20	...
Arroz	70.412	77,67	8,31	8,45	5,57	0,16	Laranja	35.596	48,99	30,56	16,02	4,43	0,32
Algodão	151.801	68,93	9,58	14,05	7,44	0,29	Mandioca	11.471	84,00	6,83	5,11	4,05	0,32
Cana	89.966	25,99	43,44	27,92	2,66	0,15	Batata	17.269	45,86	17,20	31,58	5,37	0,63
Feijão	16.988	87,60	3,63	6,04	2,74	0,13	Soja(*)	4.756	30,24	33,75	35,43	0,59	0,07

FONTE: SÃO PAULO (ESTADO)..., 1978, p. 113.

(*) Refere-se a “trigo e soja em grão” na fonte utilizada.

Notas: (1) Responsáveis e membros não remunerados da família; (2) Empregados permanentes; (3) Empregados temporários; (4) Parceiros e outra condição; (5) Pessoal ocupado por hectare de área colhida do Quadro 08.

Assim, é forçoso reconhecer que os números reais ou corretos de trabalhadores temporários na agricultura brasileira era e ainda é algo efetivamente desconhecido. Este problema e a situação de tais

²⁹ O predomínio da cana industrial em São Paulo fica evidenciado com base nos seguintes dados: em 1964/5 e 1974/5, a área com cana forrageira correspondia a 10% da área daquela; em 1984/5, caiu para 4% (conf. Informações Estatísticas do IEA).

³⁰ Ver, sobre este problema, os trabalhos de LOPES, 1977, GRAZIANO DA SILVA, 1982, cap. 8 e o da nota seguinte.

³¹ Ver KAGEYAMA, 1982, página 7. Para o caso de São Paulo, as correções elevaram os números, respectivamente, em 96,4% e em 92,5%. Para o caso de Pernambuco, os percentuais de elevação foram de 26,4 e de 19,7.

trabalhadores ensinaram diversos trabalhos acadêmicos e diversas reuniões científicas³², entre meados da década de 1970 e início da de 1980. Um deles destacou que:

O surgimento dos “bóias-frias” (...) (ocorre) de preferência nas regiões onde a ocupação da terra se tenha completado, depois que a agricultura capitalista penetrou através das grandes plantações, ou naquelas em que um processo de concentração da propriedade territorial tenha precedido a intensificação da produção agropecuária. De uma forma ou de outra, porém, essas regiões mostram o futuro das demais.” (BRANT, 1977, p. 40)

As considerações feitas até aqui sobre a relação terra-trabalho, seja na agricultura paulista como um todo, seja na lavoura canavieira em particular, recomendam um detalhamento que busque captar de maneira mais adequada as semelhanças e diferenças existentes. Em boa medida é isto que os dados do Quadro 10 tem como preocupação revelar. São perceptíveis as diferenças entre a estrutura agrária dos municípios considerados “monocultores” e os que não o são. Na última linha do quadro vê-se que os estabelecimentos da amostra 1 usaram mais a empreitada. Quanto à estratificação dos estabelecimentos por grupos de área total tem-se que a área daqueles com mil ou mais hectares cresceu na amostra 1 e decresceu na amostra 2.

QUADRO 10 – SÃO PAULO - DADOS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE MUNICÍPIOS CANAVIEIROS (AMOSTRA 1) E NÃO-CANAVIEIROS (AMOSTRA 2) – 1970 – 1975 – 1980

Variável	AMOSTRA 1			AMOSTRA 2		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980
Áreas total dos estabelecimentos (há)	848.377	n. d.	828.513	703.009	n. d.	661.905
Áreas com lavouras temporárias (há)	355.908	416.537	461.086	85.157	82.242	93.078
% da área com lavouras temporárias ocupado pela cana	66,4%	64,5%	n. d.	4,3%	2,9%	n. d.
Número total de estabelecimentos	9.052	7.195	5.969	8.405	6.685	7.108
Área média total (há)	93,7	121,1	138,8	83,6	99,6	93,1
Estabelecimentos com menos de 100 hectares	Área total (há).	183.164	152.213	128.335	176.878	153.675
	Área média (há)	24,1	26,1	27,1	25,0	28,5
Estabelecimentos com áreas entre 100 e menos de 1.000 hectares	Área total (há).	389.790	366.623	327.534	341.215	329.409
	Área média (há)	292,8	276,3	303,3	276,3	277,5
Estabelecimentos com área igual e maior do que 1.000 hectares	Área total (há).	275.423	352.885	372.644	184.916	182.650
	Área média (há)	2.257,0	2.368,0	2.404,0	2.101,0	1.773,0
Número total de pessoal ocupado	58.854	55.655	60.341	40.747	34.098	38.441
Núm. Médio anual de Pessoal Ocup. Como trabalhadores temporários	n. d.	8.458	n. d.	n. d.	4.502	n. d.
Número de estabelecimentos que usaram empreitada na colheita	1.756	2.335	n. d.	572	723	n. d.
Idem, no plantio	1.085	964	n. d.	417	427	n. d.
% de estab. que usaram empreitada na colheita s/Núm. total estabec.	19,4 %	32,4 %	n. d.	6,8 %	10,8 %	n. d.

Fonte: VILARINHO, 1983, diversas páginas.

Nota: A amostra 1 (“monocultores”) é formada por municípios “onde só a cana responde por um mínimo de 60% do valor da produção agrícola”; a amostra 2 (“não-monocultores”) considera “municípios em que a lavoura da cana-de-açúcar representa no máximo 5% do valor da produção agrícola” (Vilarinho, 1983, p. 3).

QUADRO 11 – BRASIL E ALGUNS ESTADOS – INDICADORES DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA SUBJACENTE À E CANA MOÍDA PELA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA – 1985

ESTADO, REGIÕES,	COLHEITA DE CANA			ESTS.C/ATIV. ECON. CANA			CANAS MOÍDA(mil t)		% (1)
	N. Ests.	Ar. C.	Amc.	%N.Ests.	Atot.ests.	Amest.	Quantidades	% C. P.	
BRASIL									
Espírito Santo	3.568	42,83	12,00	29,60	119,75	113,40	2.372,08	57,01	98,40
Minas Gerais	70.639	243,68	3,45	15,82	695,80	62,25	10.240,89	74,26	91,26
Rio de Janeiro	19.688	183,22	9,31	57,69	356,44	31,38	8.507,66	36,95	105,94
São Paulo	15.689	1.694,99	108,04	71,36	2.594,23	231,73	121.731,43	66,20	97,38
Paraná	28.480	144,41	5,07	6,49	258,02	139,70	10.567,93	70,46	101,87
Santa Catarina	61.482	32,02	0,52	3,36	62,86	30,23	290,09	96,19	31,95

³² Outros trabalhos sobre o tema, além dos já citados, são o do DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL-FCA-BOTUCATU, 1982; o de D'INCAO E MELLO, 1978 e o de SCARFON, 1979.

Rio G. do Sul	122.115	45,83	0,38	3,96	73,81	16,63	83,62	3,55	8,00
Mato G. do Sul	1.649	43,25	26,23	8,19	121,25	898,18	3.190,94	98,83	130,02
Mato Grosso	1.485	19,05	12,83	22,02	95,50	292,05	1.432,02	87,36	131,82
Goiás	4.630	77,20	16,67	11,53	201,76	377,49	4.187,69	74,53	94,33
CENTRO/SUL	329.785	2.526,48	7,66	13,39	4.579,24	103,73	162.604,35	66,38	97,28
Pernambuco	16.441	465,46	28,31	77,40	869,52	68,33	22.887,39	36,38	96,31
Alagoas	7.678	484,45	63,10	92,46	859,35	121,05	24.875,80	56,79	100,13
Paraíba	4.513	119,77	26,54	56,84	279,90	109,12	5.601,10	52,51	100,43
Rio G. do Norte	1.500	50,23	33,49	44,80	136,69	203,41	2.950,46	53,05	115,88
Sergipe	1.133	26,86	23,70	63,02	85,72	120,05	1.665,83	46,31	118,04
Bahia	17.538	50,45	2,88	39,98	252,03	35,95	1.425,33	87,92	70,22
NORTE/NORDESTE	71.031	1.270,53	17,89	57,32	2.982,35	73,24	61.068,40	48,42	93,04
BRASIL	402.542	3.798,12	9,44	21,13	7.575,97	89,08	223.672,75	61,48	97,30

Fontes: FIBGE, Censo Agropecuário de 1985; IAA.

Notas: N. Ests. = Número de estabelecimentos que colheram cana; Ar. C. = Área colhida de cana em mil hectares; Amc. = Área média colhida de cana; Atot.ests. = Área total dos estabelecimentos com atividade econômica na cana, em mil hectares; Amest. = Área média dos estabs.; % C.P. = % de cana própria moída, na safra 1985/6; %(1) = Relação quantidade de cana moída no estado/quantidade de cana colhida no estado.

O Quadro 11 traz indicadores da estrutura fundiária subjacente à agroindústria canavieira para a maioria dos estados brasileiros. Um deles refere-se à distribuição da cana moída pelas usinas e destilarias: fica claro que a expansão da lavoura canavieira para outros estados da região Centro/Sul se fez com base na ampliação do esmagamento de cana própria. A base latifundiária do processamento de cana fica explicitada nas maiores áreas médias, tanto a colhida como a área média total dos estabelecimentos que tinham na cana sua atividade econômica. Processo semelhante ocorreu no Nordeste, onde apenas a Bahia apresentava área média destes últimos menor que a de Pernambuco.³³

Uma análise das perversas condições de trabalho, de transporte, de moradia temporária etc dos trabalhadores canavieiros nos estados nordestinos encontra-se em RICCI, 1994, págs. 71-94. Elas originaram um movimento grevista em Pernambuco, em 1979, cujos principais objetivos foram o de garantir os direitos trabalhistas, o de regulação do trabalho por tarefa e, finalmente, o da obediência à “lei do sítio”³⁴.

Cabe retomar a questão dos salários dos trabalhadores canavieiros e sua relação com a política de salário mínimo. Ficou indicado na parte anterior que a generalização do uso de trabalhadores temporários na agricultura brasileira foi, ao mesmo tempo, um processo de monetização/mercantilização da força-de-trabalho e de bens de subsistência, o que contribuiu para agravar os males sociais de uma rígida estrutura fundiária herdada do passado, a qual passou por um processo de modernização/capitalização apoiada pelo Estado, inclusive com subsídios explícitos no período 1974-1985. Isto esteve associado com o processo de integração dos mercados de trabalho, marcada pela abundância de oferta de mão-de-obra não qualificada.

Para isso contribuiu a política de salário mínimo. Não é o caso e nem há espaço aqui para estender os comentários sobre ela, cabendo apenas reforçar que aquela integração foi acompanhada da unificação do valor do salário mínimo, com o que se passou dos vinte e oito níveis em 1960 para apenas sete em 1970 e,

³³ É curioso notar que alguns estados do Centro/Sul apresentam uma quantidade de cana moída maior do que a colhida. Isto não deveria ocorrer, já que nesta região o ano-safra ocorre dentro do ano civil, diferentemente do que se dá no Nordeste.

³⁴ Manuel Correia de Andrade, lembra que “os grevistas levantaram um bandeira de reivindicações com base no respeito ao chamado Acordo do Campo, feito no governo Miguel Arraes, em 1963” (ANDRADE, 1994, p. 214).

enfim, um em maio de 1984, sendo que “foi o maior valor do salário mínimo que adequou-se ao menor poder aquisitivo do mínimo praticado nas regiões tradicionalmente de baixos salários”³⁵.

Não é necessário insistir aqui em algo que é amplamente conhecido: a perda do valor real/poder aquisitivo do salário mínimo depois de 1960 e até recentemente. O que convém tratar, rapidamente, são as conclusões de trabalhos que relacionaram a evolução dos salários urbanos e rurais com a daquele salário.

Dois autores (respectivamente, BACHA, 1979 e REZENDE, 1984 e 1985) constataram elevações de salários rurais, um entre 1966 e 1977 e outro entre 1969 e 1983/4. Apesar disso, o primeiro deles não deixou de concluir, sobre os salários rurais, que “as forças do mercado podem não operar no sentido de transferir os benefícios da modernização agrícola para os trabalhadores rurais, a não ser que alcance igualmente o pequeno produtor agrícola”³⁶. Tais trabalhos apresentam desagregação por categorias de trabalhadores rurais (mais especificamente, diaristas, permanentes, tratoristas e administradores agrícolas). Em outros dois trabalhos (ARAÚJO et. al., 1974, pp. 177 e 192; SECRETARIA DA AGRICULTURA, 1972, p. 119) são encontradas algumas outras comparações. Para o período 1966-1974 e para o Brasil exceto São Paulo e Guanabara, a única remuneração que se situou acima do salário mínimo em todo o período foi a do administrador, sendo que a do tratorista apresentou uma maior elevação após 1970 e a remuneração média mensal do trabalhador eventual situou-se sempre abaixo do salário mínimo. Já a comparação anual entre o salário do diarista residente e o salário mínimo na capital paulista, no período 1948-1974, mostrou que o primeiro superou o segundo entre 1948 e 1951 (a maior diferença chegou a 88% em 1951), mas depois voltou a ser maior apenas nos dois últimos anos da série (9% em 1973 e 7% em 1974).

Em tais trabalhos não são apresentadas desagregações das mencionadas categorias por cultura. Isto pode ser feito para o caso de São Paulo, com base nos dados coletados e sistematizados pelo Instituto de Economia Agrícola. Cabe aqui destacar apenas a categoria de trabalhador volante.

Nesta perspectiva, são apresentados os Quadros 12 e 13. O primeiro deles mostra que não foram significativas as diferenças de remuneração diária que os trabalhadores volantes conseguiram obter na colheita de algumas culturas, entre 1971 e 1986, cabendo destaque para o caso da laranja neste último ano. O Quadro 13 mostra que a remuneração diária dos trabalhadores da colheita de cana situou-se, entre 1969 e 1985, acima do salário diário médio de todos os trabalhadores volantes, ou seja, quando se considera todas as culturas e tarefas³⁷. Contudo, a revelação mais importante é a de que o pequeno ganho real dos cortadores de

³⁵ Trecho retirado de POCHMANN, 1994, p. 652. Na página seguinte o autor observa que “Desde 1975, o salário mínimo anual passou a ser inferior à renda per capita nacional” e na página anterior ele mostra que, em 1960 a relação salário rural/salário mínimo, no Estado de São Paulo, passou dos 51,5% em 1960 para 133,9% em 1974.

³⁶ BACHA, 1979, p. 592. Sobre a comparação feita entre os níveis e as evoluções dos salários urbanos e rurais entre 1948 e 1977, conclui que “No final da década de 40, o diferencial entre salários urbanos e rurais era aproximadamente de 100%. Diminuiu para 50% no início da década seguinte e então aumentou para 150% no final da década de 50 e início da de 60. Daí em diante, caiu regularmente através das décadas de 60 e 70, até atingir 28% em 1977” (p. 598).

³⁷ O trabalho de SENDIN, 1972, traz o índice de salários de diferentes categorias de trabalhadores rurais no Estado de São Paulo entre 1948 e 1968. O do volante apresentou seu pico em 1965 e o do salário mínimo em 1961. Já a relação percentual entre o

cana queimada deveu-se ao aumento do rendimento médio do corte. Em todos os anos mostrados, a remuneração diária obtida no corte de cana queimada em São Paulo superou o valor diário do salário mínimo vigente na capital paulista, com a maior remuneração tendo sido conseguida em 1982.

Estes dados devem ser relacionados ao fato, já indicado, de que a lavoura canavieira estava em grande expansão nas terras paulistas no início da década de 1980, em decorrência do Proálcool. Esta conjuntura estimulava a busca de maiores quantidades da matéria-prima, em menor tempo, com vistas à obtenção de álcool carburante (anidro e hidratado), que tinha, assim como o açúcar, garantia de demanda e de rentabilidade nas vendas para o mercado interno. Isto fez com que os proprietários de usinas e destilarias buscassem introduzir um sistema mais eficiente de corte e carregamento da cana no campo. Esse sistema, chamado de “sete ruas”, que intensificaria o esforço físico dos cortadores, acabou não sendo implementado em decorrência do movimento de resistência, inclusive com greves, que os trabalhadores conseguiram fazer entre 1984 e 1986³⁸. Portanto, como observado em outro trabalho (RAMOS, LIMA, 2005, p. 22), tratou-se “de uma luta mais para evitar uma ampliação da super-exploração a que eram submetidos do que uma luta para elevar a remuneração real que conseguiam na colheita”.³⁹

QUADRO 12 - SÃO PAULO - EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DIÁRIA DE CULTURAS QUE UTILIZAM TRABALHADORES TEMPORÁRIOS NA COLHEITA (médias dos triênios indicados, exceto quando indicado)

Culturas	1971-72-73	1976-77-78	1981-82-83	1984-85-86	Médias
Algodão	6,76	10,16	8,04	7,03	8,00
Amendoim	8,25	12,29	9,24	7,23	9,25
Café cereja	n. d.	n. d.	n. d.	10,33 (1986)	
Café em coco seco	n. d.	n. d.	n. d.	9,94	
CANA-DE-AÇÚCAR	7,68	10,79	9,73	8,40	9,15
Laranja	n. d.	n. d.	n. d.	13,55 (1986)	

Fonte: IEA, Estatísticas de salários agrícolas no Estado de São Paulo, São Paulo, 1992.

Nota: Em R\$ de julho de 1994, com os valores corrigidos pelo IGP-DI da Conjuntura Econômica/FGV.

QUADRO 13 - SÃO PAULO - EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÉDIO DO TRABALHADOR VOLANTE, DO PAGAMENTO DA COLHEITA DE CANA E DO RENDIMENTO DO CORTE DE CANA - 1969 – 1985

Anos	Salário diário médio do trabalhador volante (1)	Pagto. colheita de cana. Em R\$/t (2)	Rendimento médio do corte de cana. Em t/homem/dia (3)	Remuneração diária (2) x (3)	Valor diário do salário mínimo – São Paulo (4)
1969	3,86 (apenas março)	2,73	2,99	8,16	4,94
1970	4,36	2,02	3,05	6,16	4,92
1972	5,11 (apenas março)	2,50	3,00	7,50	4,98
1973	5,90	2,51	3,30	8,28	5,02
1977	7,59	2,57	3,77	9,69	5,33
1980	6,60	2,29	3,97	9,09	6,03
1982	6,23	2,17	4,50	9,77	5,68
1985	5,72	1,92	5,00	9,60	5,51

número de diárias dos diaristas como um todo e o número de diárias dos volantes, entre março de 1972 e novembro de 1985, sempre foi maior do que 100 (ver RAMOS, SZMRECSÁNYI, 1996, p. 101).

³⁸ Ver sobre isto os trabalhos de ALVES, 1992 e de GRAZIANO DA SILVA, 1997. Considerações sobre as greves da época e depoimentos sobre as condições de trabalho na lavoura canavieira da região de Ribeirão Preto na atualidade encontram-se em NOVAES & ALVES, 2003.

³⁹ Isto é que permite concluir que a base agrária da agroindústria canavieira do Brasil continua constituindo-se em um caso exemplar da estrutura dominante no “Brasil Rural”, caracterizada pela existência de “barões e bóias-frias”. Ver CASTRO, 1982.

Fontes: IEA, Estatísticas de salários agrícolas no Estado de São Paulo, São Paulo, 1992; FIBGE, Anuários Estatísticos.

(1) Média dos dois dados (o de abril e o de novembro), com as exceções indicadas. Em R\$ de julho de 1994; (2) Em R\$ de julho de 1994. Tal como o salário, inflacionado pelo IGP-DI da Conjuntura Econômica/FGV; (4) Para os anos de 1980, 1982 e 1985, trata-se da média simples dos dois salários mínimos (maio e o de novembro, também inflacionada pelo IGP-DI e em R\$ de julho/1994.

5. O agravamento das condições de trabalho (e de vida) com a continuidade da luta em um novo ambiente político e institucional (1985-2005)

Embora o Brasil tenha passado a viver, depois de 1985, um ambiente mais democrático em termos políticos, pode-se afirmar que, como não ocorreram mudanças estruturais desde então e pouco foi feito quanto à mudança da estrutura fundiária herdada do passado, a situação dos trabalhadores brasileiros em geral pouco mudou, embora tenha havido uma elevação do valor real do salário mínimo depois de 1994. Os ocupados na lavoura canavieira tiveram suas condições de trabalho pioradas. É isto o que esta parte busca explicitar de maneira bem resumida, dada o espaço disponível. Em função disto e da disponibilidade de dados e informações, será destacado o caso de São Paulo.

Entre 1985 e 1994, a crise do Proálcool e a diminuição do apoio estatal levaram a agroindústria canavieira do Brasil a uma relativa dificuldade, hoje superada em decorrência da elevação das exportações de açúcar e da retomada do mercado interno de álcool carburante, ao que se juntou, mais recentemente, a exportação desse álcool. Isto é que explica que aquela lavoura venha expandindo-se para outros estados da região Centro/Sul, como mostram os dados do Quadro 14. A diminuição das áreas colhidas nos principais estados nordestinos e no Rio de Janeiro deve-se a um ajuste produtivo em decorrência da excessiva dependência que suas agroindústrias canavieiras tinham em relação ao mencionado apoio estatal, principalmente devido à interrupção da concessão dos subsídios de equalização de custos. Mas isto não quer dizer que se desarticulou de maneira geral – como os próprios dados indicam - aquele latifúndio nestes estados, embora tenha sido aberto espaço, principalmente em Pernambuco, para a implantação de projetos de assentamento de trabalhadores rurais em áreas de antigos canaviais, exatamente porque a luta pela terra, movida pelo MST e por outros movimentos, foi retomada e ganhou força no período em análise.

QUADRO 14 – EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA COM CANA EM ALGUNS ESTADOS (1985 – 1994/96 – 2005)

ESTADO	1985	1995/96	2005	ESTADO	1985	1995/96	2005
Pernambuco	465.463	355.789	366.987	Rio de Janeiro	183.220	136.693	169.139
Alagoas	484.451	367.452	415.000	São Paulo	1.694.994	2.124.499	3.141.777
Paraíba	119.765	213.760	105.403	Minas Gerais	243.684	270.373	349.394
Rio G. do Norte	50.228	67.368	53.911	Paraná	144.412	259.584	406.989
Sergipe	26.855	14.257	26.867	Goiás (*)	77.196	94.288	196.586
Bahia	50.447	60.862	95.929	Mato Grosso (*)	62.297	208.793	342.276

Fontes: FIBGE, Censos Agropecuários de 1985 e 1995/6, Anuário Estatístico de 2005.

Notas: - (*) Os dados do Estado do Mato Grosso incluem os do Estado do M. G. do Sul e os de Goiás os do Estado de Tocantins.

Foi indicado que há significativa heterogeneidade na estrutura de produção da lavoura canavieira do Brasil, ou seja, nas relações de uso de terra-trabalho-capital. Esta situação coloca, pode-se dizer, São Paulo e Pernambuco em situações bastante distintas: enquanto que no primeiro predomina uma lavoura mais

tecnificada, no segundo ainda se constata uma estrutura bastante arcaica, em boa medida em função da restrição topográfica de sua Zona da Mata⁴⁰.

A absoluta falta de outras oportunidades de ocupação da mão-de-obra não qualificada foi reconhecida pelo Presidente da Associação dos Plantadores de Cana da Paraíba (Asplan) que afirmou que “a maior parte da mão-de-obra utilizada nos canaviais não possui qualificação alguma e teria pouca ou nenhuma chance no mercado de trabalho formal”⁴¹. Por sua vez, a expansão da lavoura canavieira para os e nos estados do Centro/Oeste tem sido motivada pela “busca de terra e mão-de-obra baratas” (BALDI, 2006). Em boa medida ela tem reproduzido a estrutura de produção que predomina em São Paulo, até porque alguns proprietários são paulistas. Um aspecto que convém mencionar é que nesta expansão tem sido comum a localização de usinas e destilarias em latifúndios formados preteritamente em áreas que apresentam topografia mais adequada à colheita mecânica integral, o que implica uma menor utilização de cortadores de cana no futuro.

Muitos trabalhos de lavra recente tem afirmado que a agroindústria canavieira do Brasil iniciou, depois do fim do apoio estatal com que ela contava, um profundo processo de re-estruturação produtiva. Esta compreensão é exagerada, já que ainda não tem sido dominante o abandono de áreas em que a mecanização integral da colheita seja inviável, dado que a tecnologia disponível no Brasil não permite o corte mecânico em topografias com declividade superior a 12%. Isto tem mantido, tanto nas áreas antigas como nas novas, a queima de cana previamente à colheita manual, o que significa a continuidade de uma prática predatória tanto da saúde dos trabalhadores como das populações que residem em cidades ou núcleos urbanos próximos, o que diversos trabalhos de médicos, realizados em áreas canavieiras, já comprovaram devidamente.

Produtores, proprietários, seus representantes e mesmo políticos eleitos com seus apoios, costumam afirmar que a cultura e o processamento de cana ocupam em torno de um milhão de trabalhadores em todo o Brasil. Apontam também que, numa comparação com outras, a cultura da cana é a que melhor remunera⁴². Além do fato de que a maior parte disso trata-se não de emprego mas de ocupação temporária, tem-se que a remuneração depende da intensidade que o trabalhador corta cana. Tem sido comum os intermediários ou

⁴⁰ Dados apresentados por SHIKIDA, 1998, p. 76, mostram que a heterogeneidade da estrutura de produção de cana fazia com que, em meados da década de 1980, a participação média (safra 1984/5-85/6-86/7) do custo da mão-de-obra e da renda da terra fossem, respectivamente, de 25,2% e de 14,3% em São Paulo e de 38,3% e de 5,6% em Pernambuco.

⁴¹ Afirmação veiculada pela Assessoria de Comunicação da Asplan. Para dois estudiosos, a lavoura canavieira é “em muitos municípios da Zona da Mata a quase única fonte geradora de ocupação para a mão-de-obra local” (LIMA & SICSÚ, s.d., p. 9).

⁴² Não há convergência das estatísticas referentes ao total de pessoal ocupado na cultura canavieira do Brasil, principalmente quanto ao trabalho temporário utilizado na colheita manual. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, do IBGE), de 2003, indicam o número de 522.910 ocupados na cultura, incluindo as pessoas por conta própria, os empregadores e as pessoas não remuneradas (os “empregados remunerados” seriam 448.883. Ver HOFFMANN, 2004). A estimativa da Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados, do Governo do Estado de São Paulo), para 2002, indica uma ocupação de 606.837 “Equivalentes-Homens-Ano”, o que significa que o número de pessoas é maior do que este equivalente. Técnicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo estimaram que a “média anual de trabalhadores nas unidades agrícolas com cultivo de cana”, em 2001, foi de 258.696 pessoas, sendo 175.258 ocupados como “parceiros e assalariados em geral, inclusive volantes” (VEIGA FILHO et. al., 2003). RICCI, 1994, p. 124, estimou em 107.338 o número total de cortadores de cana (usinas+fornecedores) em São Paulo, no ano de 1993.

capatazes das usinas e fornecedores não utilizarem trabalhadores que não conseguem atingir um certo nível de intensidade de corte, ou seja, há um volume mínimo que viabiliza sua contratação safra após safra.⁴³

O esforço físico envolvido nisto, ao que tudo indica, foi responsável por dezessete mortes nos canaviais paulistas na última safra (2006/7). Igualmente tem sido comum situações em que cortadores de cana são arrematados de forma ilícita, sem direitos trabalhistas e submetidos à uma combinação de sua condição temporária de moradia e de trabalho que pode ser caracterizada pela legislação em vigor como de trabalho escravo, seja ou não em decorrência das dívidas em que eles incorrem no deslocamento entre seu domicílio permanente e o provisório⁴⁴.

As mencionadas mortes e as situações aqui relatadas vem sendo investigadas e combatidas pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério Público, com base na fiscalização e na autuação de usinas e intermediários. Neste procedimento tem sido auxiliados pela Pastoral do Migrante e por Organizações Não-Governamentais, sejam nacionais ou não⁴⁵. Pode-se depositar nestas iniciativas as esperanças de mudança, principalmente porque o movimento sindical relacionado ao trabalho na lavoura canavieira não tem apresentado, desde meados da década de 1980, graus de organização e de combatividade capazes de provocar alterações significativas no comportamento dos proprietários/latifundiários⁴⁶.

QUADRO 15 – SÃO PAULO - EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DIÁRIA DE CULTURAS QUE UTILIZAM TRABALHADORES TEMPORÁRIOS NA COLHEITA (médias dos triênios indicados, exceto quando indicado)

Culturas	1984/5/6	1989/90/1	1994/5/6	1999/00/1	2003/4/5	Médias	Culturas	84/5/6	89/0/1	94/5/6	99/00/01	2003/4/5	Médias
Algodão	7,03	5,46	5,60	5,33	4,68	5,62	Cana	8,40	8,09	6,97	6,86	6,88	7,44
Amendoim	7,23	6,28	6,13	6,22	5,68 (**)	6,31	Laranja	13,55 (*)	9,70	8,96	8,57	7,52	9,66
Café cereja	10,33 (*)	10,74	8,62	8,83	8,69	9,44	Limão	n. d.	n. d.	7,90	7,47	7,50	7,62
Café coco	9,94	8,85	8,63	8,26	7,36	8,61	Tangerina	n. d.	n. d.	8,71	7,79	7,09	7,86

Fonte: IEA, Anuários Estatísticos, vários números/anos. (*)=1986; (**)=2003-04.

Nota: Em R\$ de julho de 1994, com os valores corrigidos pelo IGP-DI da Conjuntura Econômica/FGV.

⁴³ Convém registrar que a terceirização da contratação e uso de mão-de-obra na colheita de cana é reconhecida pelos próprios empresários do setor e/ou por seus porta-vozes. Ver sobre isto AGUIAR, 2005 e VIALLI, 2005.

⁴⁴ Os mesmos dados da PNAD indicam que, do total de 448.883 “empregados” mencionados há pouco, 19,31% não tinham carteira assinada. Estimativas disponíveis indicam que, mesmo em São Paulo, a colheita mecânica integral de cana situa-se em torno de um terço do total colhido, havendo grande variação regional. Pode-se estimar em cem mil o número de trabalhadores migrantes anuais para o estado. Sobre a questão do trabalho escravo na lavoura canavieira e em outras, ver o jornal *Folha de São Paulo*, edição de 18/07/2004, páginas A4 a A8.

⁴⁵ As propostas em discussão incluem o fim do pagamento por “produção” no corte de cana. Ver SILVA, M. A. de M., 2006.

⁴⁶ Este comentário contrasta com a perspectiva otimista assumida por um autor quanto aos desdobramentos do movimento de resistência empreendido pelos cortadores de cana em São Paulo em 1984/6: “Eles agora são canavieiros com reivindicações e formas de luta específicas: têm, enfim, uma identidade própria e sem dúvida esse é um passo importante na luta pela conquista da cidadania” (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 162).

QUADRO 16 - SÃO PAULO - EVOLUÇÃO DO SALÁRIO DO TRABALHADOR VOLANTE, DO PAGAMENTO DA COLHEITA DE CANA E DO RENDIMENTO DO CORTE DE CANA - 1985 - 2005

Anos	Salário diário médio do trabalhador volante (1)	Pagamento da colheita de cana - Em R\$/t (2)	Rend. Médio do corte de cana. Em t/homem/dia (3)	Rendimento diário (2x3)	Valor diário do salário mínimo – São Paulo (4)
1985	5,72	1,92	5,00	9,60	5,51
1988	3,70	1,25	5,00	6,25	3,86
1990	3,95	0,96	6,10	5,86	2,30
1992	3,12	0,84	6,30	5,29	3,11
1994	5,67 (só novembro)	0,83	7,00	5,81	2,22 (= em US\$)
1996	6,36	1,05	7,00	7,35	2,52
1998	6,27	1,06	7,00	7,42	2,63
2000	5,40	0,88	8,00	7,04	2,47
2002	5,13	0,88	8,00	7,04	2,67
2004	4,54 (v. c.: R\$ 15,42)	0,86 (v. c.: R\$ 2,93)	8,00	6,88	2,48 (v. c.: R\$ 8,44)
2005	4,83 (v. c.: R\$ 17,47)	0,86 (v. c.: R\$ 3,11)	8,00	6,88	2,64 (v. c.: R\$ 9,56)

Fonte: IEA, Informações Estatísticas e Anuários Estatísticos, vários anos. (v. c. = valor corrente)

(1) Média dos dois dados (o de abril e o de novembro), com as exceções indicadas. Em R\$ de julho de 1994; (2) Em R\$ de julho de 1994. Tal como o salário mínimo, corrigido com base no IGP-DI da Conjuntura Econômica/FGV; (4) Em R\$ de julho de 1994. Os valores correspondem às médias anuais, qualquer que fosse a periodicidade do reajuste (em 1994, igualando os de janeiro e fevereiro ao de março/agosto).

Os Quadros 15 e 16 dão continuidade a dados apresentados na parte anterior, referidos ao período aqui tratado. Constituem-se em comprovação de afirmações já feitas e, portanto, dispensam comentários adicionais⁴⁷.

6. Observações finais

Espera-se que a análise empreendida neste ensaio necessite de poucas observações finais. Ela procurou mostrar que a história recente e a situação atual do uso de terra e de trabalho na lavoura canavieira do Brasil está marcada pelo excedente estrutural de mão-de-obra não qualificada, o qual está associado à rigidez de nossa estrutura fundiária. Aquela lavoura, seja onde se faz presente há séculos, seja onde foi e vem sendo formada tem-se servido dessa perversa relação, que permite a extração e apropriação de mais-valia absoluta em pleno Século XXI.

Antes de 1960, a super-exploração do trabalho na cultura de cana ocorria predominantemente de forma permanente, ou seja, com o recurso à regimes de trabalho e moradia que tinham, pelo menos, o mérito de garantir o acesso à terra, vale dizer, à produção familiar de bens de subsistência que envolvia algum grau de mercantilização, o que acabava por permitir um melhor nível de vida, não captado devidamente pelo nível de remuneração do trabalho ou pelo grau de monetização.

Depois daquela época – e até o presente - generalizou-se o uso de trabalho temporário, não corretamente captado pelas estatísticas oficiais, com a super-exploração tendo se tornado socialmente mais explícita na marginalização e na pobreza generalizadas, associadas à deslocamentos migratórios igualmente

⁴⁷ RICCI, 1994, p. 125 mostra que a relação entre o “salário” dos cortadores de cana em São Paulo e o preço recebido pelo produtor de cana cresceu entre 1983 e 1989, tendo caído entre esse ano e 1992.

temporários, os quais inclusive borram a convencional distinção por local de moradia (urbana/rural). Eles tem exigido grande sacrifício das famílias desses trabalhadores, sendo que seus custos não podem ser aferidos em termos estritamente econômicos.

Esta situação agravou-se seja por conta da estrutura e das relações internas à agroindústria canavieira, seja por conta do ambiente econômico mais geral, com o arrefecimento do crescimento da economia brasileira a partir da década de 1980. Embora se saiba que crescimento não é sinônimo de desenvolvimento, é evidente que, com a falta ou insuficiência do primeiro, pior ficam aqueles que não tem alternativa de sobrevivência, estejam onde estiverem no espaço nacional.

Finalmente, cabe reconhecer que, dada a dimensão atual da lavoura canavieira em termos de uso de terra e de trabalho, dificilmente a degradante situação atual dos trabalhadores temporários nela envolvidos será alterada para melhor no seu próprio âmbito. A aceleração de seu ritmo de expansão, que vem ocorrendo e que vem sendo alardeado por alguns como algo positivo, implicará uma ampliação daquela situação.

7. Referências bibliográficas

- AGUIAR, I. D. de. “Terceirização de mão-de-obra afeta imagem de usinas de SP”: Matéria publicada no jornal *Gazeta Mercantil*, edição de 27/07/2005, página B12.
- ALBUQUERQUE, M.C.C.; NICOL, R.. *Economia agrícola*. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.
- ANDRADE, M. C. de. *Modernização e pobreza*. São Paulo, Ed. da UNESP, 1994.
- ARAÚJO, P. F. C. de et. al.. “Crescimento e desenvolvimento da agricultura paulista”. In *Agricultura em São Paulo*, Ano XXI, Tomo III, pp. 169-199, 1974.
- AZEVEDO, F. A.. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ALVES, F. J. da C.. *Modernização da agricultura e sindicalismo: Luta dos trabalhadores assalariados da região canavieira de Ribeirão Preto*. Campinas, IE/Unicamp (tese de doutoramento), 1991.
- BACHA, E. L.. “Crescimento econômico, salários urbanos e rurais: o caso do Brasil”. In *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 9(3), pp. 585 a 628, dezembro, 1979.
- BALDI, N. “Avanço da cana em Goiás preocupa”. In *Gazeta Mercantil*, edição de 20 de dezembro de 2006, página B12.
- BRANDÃO, A.. *Cana-de-açúcar. Álcool e açúcar na história e no desenvolvimento social do Brasil: Séculos 16-20*. Brasília: Horizonte Ed., 1985.
- BRANT, V. C.. “Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis”. In *Estudos Cebrap 19*. São Paulo: Ed. Brasiliense, pp. 37-91.
- CABRAL, P. E. de C. T.. *O trabalhador da cana-de-açúcar em Pernambuco – da senzala ao caminhão*. Recife: dissertação de mestrado, PIMES/UFPE, 1983.
- CASTRO, Ana C. et. al.. *Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira. : síntese das transformações*. Brasília: BINAGRI (Estudos sobre o desenvolvimento agrícola), 1979.
- CASTRO, P. R. de. *Barões e bóias-frias: repensando a questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: APEC; São Paulo: Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais, 1982.
- CANO, W.. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.
- CONRAD, R.. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- DÉ CARLI, G.. *Gênese e evolução da indústria açucareira de São Paulo*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1943.
- DIÉGUES JÚNIOR, M.. *População e açúcar no Nordeste do Brasil*. São Paulo: Comissão Nacional de Alimentação, 1954.

- D'INCAO E MELLO, M. C.. *O "Bóia-fria": acumulação e miséria*. 3^a ed.. Petrópolis: Vozes, 1976.
- DEPTO. DE ECONOMIA RURAL-FCA-BOTUCATU/UNESP. *Mão-de-obra volante na agricultura*. São Paulo, Ed. Polis, 1982.
- ETTORI, O. J. T.. "Mão-de-obra na agricultura de São Paulo". In *Agricultura em São Paulo*, Ano V, n. 9, 1955, páginas 13-39.
- EISENBERG, P.. *Homens esquecidos: Escravos e trabalhadores livres no Brasil – Séc. XVIII e XIX*. Campinas: Unicamp, 1989.
- FURTADO, C.. *Formação econômica do Brasil*. 15^a ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.
- _____. *Análise do "modelo" brasileiro*. 6^a ed.. Rio de Janeiro: Ed. Civ. Brasileira, 1978.
- GNACCARINI, J. C.. *Latifúndio e proletariado (Formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural)*. São Paulo: Ed. Pólis, 1980.
- GORENDER, J.. *O Escravismo Colonial*. 5^a ed. São Paulo: Ática, 1988.
- GRAZIANO DA SILVA, J.. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____(coord.). "As transformações na estrutura agrária paulista, 1818-1976". *Texto para Discussão N. 13*, Campinas: DEPE/IFCH/Unicamp, 94 p., 1981.
- _____. *De bóias-frias a empregados rurais: (as greves dos canavieiros paulistas de Guariba e de Leme)*. Maceió: EDUFAL, 1997.
- HOFFMANN, R., CLEMENTE DA SILVA, L. A.. "Contribuição ao estudo da concentração da produção agropecuária no Brasil em 1975 e 1980". In *Revista de Economia Rural*. Brasília, 24(2): 145-159, abr./jun. 1986.
- HOFFMANN, R.. *O rendimento das pessoas ocupadas na agroindústria canavieira no Brasil*. IE/Unicamp, 2004 (não publicado).
- INCRA/UNICAMP. *Regiões homogêneas da agricultura brasileira*. Brasília: Incra, 1977.
- IRMÃO, J. F., SAMPAIO, Y.. "Estrutura agrária, produção e emprego rural no Nordeste". In CARVALHO, I. M. M. de, HAGUETTE, T. M. F. (Orgs.). *Trabalho e condições de vida no nordeste brasileiro*. São Paulo: Hucitec; [Brasília]: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1984 (páginas 42-85).
- KAGEYAMA, A.. *Crise e estrutura agrária – A agricultura paulista na década de 30*. Piracicaba, ESALQ/USP, dissertação de mestrado, 1979.
- _____. et. al.. "Evolução técnica e emprego a nível de culturas". *Texto para Discussão N. 7*, Campinas: DEPE/IFCH/Unicamp, 139 p., 1981.
- _____. "O emprego temporário na agricultura brasileira: seus determinantes e sua evolução recente". In *Reforma Agrária*, Campinas, Vol. 12, N.5, pp. 3-12, set./out., 1982.
- LIMA, A. A. de. *A agroindústria canavieira alagoana: Da criação do IAA à desregulamentação na década de 1990*. Campinas, IE/Unicamp, dissertação de mestrado, 2001.
- LIMA, J. P. R. & SICSÚ, A. B.. *Revisitando o setor sucro-alcooleiro do Nordeste: O novo contexto e a reestruturação possível*. Recife (PIMES/UFPE), não publicado, s. d..
- LOPES, J. R. B.. "Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970)". In *Estudos CEBRAP 22*, São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências, (distribuição Ed. Vozes), pp. 41-110, 1977.
- NEVES, D. P.. *Lavradores e pequenos produtores de cana. Estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista: estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana*. Niterói: EDUFF, 1997.
- NOVAES, J. R. & ALVES, F. (Orgs.). *No eito da cana – Exploração do trabalho e luta por direitos na região de Ribeirão Preto-SP*. UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.
- OLIVEIRA, F. de. *A economia brasileira: Crítica à razão dualista*. 4^a ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- PAMPLONA, C.. *PROÁLCOOL: Impacto em termos técnico-econômicos e sociais do programa no Brasil*. Rio de Janeiro: IAA, Ministério da Indústria e Comércio, 1984.

- PATARRA, N.L.. “Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: O período pós-30”. In FAUSTO, B. (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira 10*, 2ª ed., Tomo III, 4º Vol., São Paulo: Difel, pp. 247-268, 1986.
- PERRUCCI, G., *A República das usinas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- PETRONE, M. T. S.. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Dif. Européia do Livro, 1968.
- POCHMANN, M.. “Trinta anos de políticas salariais no Brasil”. In OLIVEIRA, C. A. B., *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Ed. Página Aberta, pp. 641-671, 1994.
- QUADROS DA SILVA, S. L.. “O crescimento da lavoura canavieira no Brasil na década de 70”. In *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 37(1), pp. 39-54, janeiro/março, 1983.
- RAMOS, P.. *Um estudo da evolução e da estrutura da agroindústria canavieira do Estado de São Paulo (1930-1982)*. São Paulo, EAESP/FGV, dissertação de mestrado, 1983.
- _____. *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. “Burguesias regionais e Estado no Brasil Monárquico: Modernização e continuísmo em Pernambuco e São Paulo”. In *História & Perspectivas*, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Ns. 14/15, pp. 157-178, 1996.
- _____. “Os novos produtores do complexo canavieiro paulista no período 1929-1945: Ocupando terras e aproveitando as contradições da intervenção estatal”. In *Población & Sociedad* (Revista Regional de Estudios Sociales), Tucumán: Fundación Yocavil, 1998/1999, pp. 399-424.
- _____. “História econômica de Piracicaba (1765-1930): As particularidades do complexo canavieiro paulista”. In TERCI, E. T. (org.). *O Desenvolvimento de Piracicaba: história e perspectivas*. Piracicaba: Editora UNIMEP, pp. 57-84, 2001.
- _____. “Questão agrária, salários, política agrícola e modernização da agropecuária brasileira”. In RAMOS FILHO, L. O. & ALY JÚNIOR, O. (editores), *Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual*. São Paulo, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005.
- _____ & LIMA, A.A.. “La influencia de la agroindustria de la caña de Brasil en la persistencia de las desigualdades sociales y en las técnicas de producción extensiva y depredatorias”. In *Proceedings of the 20th International Congress of Historical Sciences*. Sydney, 2005.
- _____ & SZMRECSÁNYI, T.. “Indicadores e avaliações do desenvolvimento recente da agricultura brasileira”. In *Agricultura em São Paulo*, SP, 43(3):97-138, 1996.
- REZENDE, G. C. de.. “Mercados de trabalho, crescimento econômico e salários rurais no Brasil”. In *Anais do Congresso da ANPEC*, Recife, Vol. 2, pp. 968-990, 1984.
- _____. “Interação entre mercados de trabalho e razão entre salários rurais e urbanos no Brasil”. In *Estudos Econômicos*, 15(1), pp. 47-67, jan./abril, 1985.
- RICCI, R. (Coord.). *Mercado de trabalho do setor sucroalcooleiro no Brasil*. Brasília, IPEA (Estudos de Política Agrícola), 1994.
- SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento e Avaliação, *Trabalho volante na agricultura paulista*. São Paulo (Estudos e pesquisas, 25), 431 p., 1978.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA/GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Desenvolvimento da agricultura paulista*. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 1972.
- SCARFON, M. de L.. *Crescimento e miséria (estudo sobre as populações “marginais” em um município paulista)*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.
- SENDIN, P. V.. “Elaboração de um índice de salários rurais para o Estado de São Paulo”. In *Agricultura em São Paulo*, Ano XIX, Tomo II, 1972, pp. 167-190.
- SHIKIDA, P. F. A.. *A evolução diferenciada da agroindústria canavieira no Brasil de 1975 a 1995*. Cascavel, Edunioeste, 1998.
- SIGAUD, L.. *Os clandestinos e os Direitos*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.
- SILVA, M. A. de M.. “A morte ronda os canaviais paulistas”. In *Reforma Agrária* (Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária), Volume 33, N. 2, agosto-dezembro/2006, pp. 111-141.

- STOLCKE, V.. *Cafeicultura, homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- SOARES, A. R.. *Um século de economia açucareira: evolução da moderna agroindústria do açúcar em São Paulo, de 1877 a 1970*. São Paulo: Clíper Editora, 2000.
- SORJ, B.. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Eds., 1980.
- SZMRECSÁNYI, T.. “O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970)”. In FAUSTO, B. (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira 11*, 2ª ed., Tomo III, 4ª Vol. São Paulo: Difel, pp. 107-207, 1986.
- VEIGA FILHO, A. de A.. *Mecanização da colheita da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo: Uma fronteira de modernização tecnológica da lavoura*. Campinas, IG/Unicamp, dissertação de mestrado, 127 p., 1998.
- _____ et. al.. “Ocupação e emprego no setor sucroalcooleiro paulista”. In *ANAIS* (em CD-Rom) do XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Brasília/DF, 2003.
- VIALLI, A. “O maior desafio está no campo social”. Matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, edição de 8 de novembro de 2005, Caderno Especial “Proálcool 30 anos”, página H7.
- VILARINHO, C. R. de O.. *Um estudo das mudanças na estrutura agrária em municípios “monocultores” de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. 1970/80*. Campinas, Instituto de Economia/Unicamp, texto não publicado, 1983.